

**Ata n.º 8**  
**da Assembleia Representativa da**  
**Ordem dos Contabilistas Certificados**

Aos quatro dias do mês de dezembro de dois mil e vinte, pelas quinze horas, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados, doravante AR, no Auditório António Domingues de Azevedo, Lisboa, sito na Avenida Defensores de Chaves, nº 85-B, tendo a sessão funcionado em formato misto (presencial e videoconferência), com a seguinte Ordem de Trabalhos: -----

**Antes da ordem do dia:**

Tempo previsto: 45'

1. Tomada de posse de Representantes da Assembleia Representativa. 10'
2. Informação sobre as presenças, faltas e representações à Assembleia. 10'
3. Informação sobre a presença da Sr.ª Bastonária, membros do Conselho Diretivo, Conselho Fiscal, Conselho Jurisdicional e de elementos do apoio jurídico. 5'
4. Informações e pedidos de esclarecimento. 20'

**Ordem do dia:**

Tempo previsto: 155'

1. Dar nota à Assembleia Representativa da ata n.º 4 da Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC. 15'
2. Aprovação da Ata da reunião de 19 de junho de 2020. 5'
3. Apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021. 120'
4. Leitura e votação da minuta da ata. 15'

O Sr. Presidente da Mesa da AR, doravante MAR, começou por cumprimentar todos os Srs. Representantes, os que estavam em sala e os que estavam telematicamente a assistir à sessão, a Sr.ª Bastonária, o Conselho Diretivo, o Conselho Jurisdicional e o Conselho Fiscal, informando que a sessão estava a ser gravada em áudio e vídeo, pelo que, todas as intervenções, mesmo as feitas à distância, seriam igualmente registadas, devendo sempre os intervenientes identificar-se com o nome, número de cédula profissional e o distrito que representam. -----

Apelou o Sr. Presidente da MAR ao cumprimento das orientações necessárias ao normal funcionamento da Assembleia e ao respeito pelas regras de segurança que foram

definidas, quer do ponto de vista sanitário, quer do ponto de vista organizacional, pelo facto de a AR estar a decorrer num contexto extraordinário, em virtude da emergência de saúde pública ocasionada pela Covid-19. Prosseguiu acrescentando que se impunha, por motivos de saúde pública, combate à proliferação do vírus e para proteção de todos, o cumprimento das mais rigorosas medidas de higiene pessoal e de etiqueta respiratória, com a adoção dos procedimentos necessários para a promoção desses objetivos. Relembrou que os Representantes puderam optar pela participação presencial ou telemática. Referiu que a possibilidade da realização de Assembleias neste formato já era suportada pelo artigo 5.º, no seu n.º 1, da lei n.º 1-A/2020, de 19 de março, e mais recentemente, também, através do artigo n.º 24.º-A do Código do Procedimento Administrativo, que foi aditado pela lei n.º 72/2020, de 16 de novembro, admitindo-se a realização das reuniões por meios telemáticos, nomeadamente, vídeo ou teleconferência, devendo ficar registado na respetiva ata a forma de participação. Esclareceu ainda o Sr. Presidente da MAR que, a realização da sessão em Lisboa numa sexta-feira se deveu à necessidade de assegurar os adequados meios humanos e técnicos, designadamente garantir uma capaz ligação à Internet, por forma a afiançar o bom funcionamento da sessão. Referiu também que se optou pelas quinze horas para que os Srs. Representantes que optaram pela participação presencial, pudessem, na maioria dos casos, deslocar-se a (e de) Lisboa no mesmo dia, sem necessidade de pernoitar e correr riscos acrescidos. Referindo-se ao Regimento, o Sr. Presidente da MAR adiantou que, as sessões se realizam preferencialmente, não obrigatoriamente, ao sábado, pelo que nada obsta à realização de uma sessão à sexta-feira, no entanto, o Regimento determina que as sessões são alternadas entre Lisboa e Porto, mas por razões relacionadas com a organização, disponibilidade e coordenação dos meios afetos a uma Assembleia desta dimensão, neste contexto e neste formato, foi necessário e, mais uma vez, assumida a realização em Lisboa. Para tanto, os Srs. Representantes foram contactados por email, através do seu endereço eletrónico institucional e, posteriormente, foram todos contactados telefonicamente por forma a que pudesse confirmar a sua forma de participação nesta AR. Declarou ainda o Sr. Presidente da MAR que, à semelhança do que já se passou na última AR, a votação dos dois pontos a escutinar ocorreria após a discussão de ambos e imediatamente antes da votação do ponto 4, que tem a ver com a minuta da ata. Adiantou também que, os Srs. Representantes que se encontravam a participar telematicamente tinham sido contactados, via email e telefonicamente, a fim de se esclarecerem eventuais dúvidas sobre a forma de participação nesta Assembleia e sobre as orientações constantes das notas explicativas. Informou,

igualmente, que estava a utilizar-se a plataforma “GoToMeeting” e que se existissem dúvidas quanto ao modo de exercício do direito de voto, os Srs. Representantes poderiam contactar a Ordem, referindo os números de telefone a utilizar que, aliás, lembrou, também haviam sido indicados no email enviado a cada um. Declarou também o Sr. Presidente da MAR que, tinha sido solicitado aos Srs. Representantes para acederem à plataforma 45 minutos antes do começo da sessão, por forma a solucionar antecipadamente quaisquer problemas que pudessem surgir. Mais esclareceu que, a participação poderia ser efetuada através de qualquer dispositivo fixo ou móvel, desde que com acesso à internet e que, a plataforma não permitia que as câmaras de todos os participantes estivessem permanentemente ligadas, admitindo, no máximo, 25 câmaras em simultâneo, devendo também os Srs. Representantes manter o som desligado, promovendo a ligação apenas quando quisessem usar da palavra. Assim, prosseguiu esclarecendo os Srs. Representantes que, quando se dirigissem à Assembleia, deveriam assegurar que o som e a imagem no dispositivo e na plataforma se encontravam ativos. Também solicitou a inserção do nome e do número de CC de cada um dos Srs. Representantes na respetiva participação telemática, para facilitar a identificação a cada momento, quer dos presentes, quer de quem estava a intervir. Mais solicitou o Sr. Presidente da MAR que, quando do uso da palavra, os Srs. Representantes deveriam referir o seu nome, o número de membro e o Círculo Eleitoral que representam. Continuou referindo que, naquele momento estaria a ser enviado para os emails dos Srs. Representantes o formulário para a votação e informou o número de telefone que poderia ser utilizado para colocação de quaisquer dúvidas e esclareceu também quanto aos procedimentos dos Srs. Representantes que estivessem à distância para votar por si e pelos seus Representados, à semelhança do que já tinha sucedido nas AR anteriores neste formato. No que respeita aos requerimentos à Mesa ou às declarações de voto, mencionou que, os Srs. Representantes que estavam a assistir telematicamente deveriam enviar um email, através do endereço eletrónico institucional, para a Secretária da Mesa, Raquel Mota Pinto: *secretaria.mesa.ar.rmp@occ.pt*, pois, só esses seriam admitidos. Aludiu também que, a credenciação foi iniciada a partir das 14h15, através da cédula profissional ou cartão de cidadão, tendo sido dispensada credenciação na vertente de assinatura manual da lista de presenças por razões de saúde e de higiene. Solicitou, de seguida, o Sr. Presidente da MAR que, durante a sessão, os Srs. Representantes presentes em sala mantivessem o uso de máscara e que respeitassem a sinalética de circulação, informando também que a capacidade das galerias foi limitada a vinte e dois lugares, para que fosse

possível manter o distanciamento e mais que, quem pretendesse usar da palavra deveria fazê-lo através de um microfone que foi colocado em tripé à frente da Mesa, concluindo com o apelo à cordialidade e à capacidade de síntese dos intervenientes na sessão. -----

De imediato, o Sr. Presidente da MAR informou que, naquele momento, estavam a participar na sessão por meios telemáticos sessenta e três Representantes, dos quais um deles se encontrava, também, a representar outro membro da AR, num total de sessenta e quatro Representantes e, em sala, estavam presentes onze Representantes, dos quais um se encontrava também a representar um outro membro da AR, o que totalizava doze, num total global de setenta e seis Representantes presentes ou representados. Informou, igualmente que a ordem de trabalhos e documentos de suporte tinham sido enviados nos prazos previstos no Regimento da AR, nos termos do artigo 8.º do mesmo e que tinham também sido disponibilizados no momento da credenciação todos os documentos que se anexaram à convocatória. Mais declarou que a Assembleia ordinária tinha sido convocada nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 43.º do Estatuto e alínea b) do n.º 1 do artigo 7.º do Regimento da AR e que a convocatória foi endereçada a todos os Representantes no dia 18 de novembro de 2020, tendo ficado também disponível no sítio da OCC no mesmo dia. Relativamente ao controlo de presenças, o Sr. Presidente da MAR esclareceu que, caso os Srs. Representantes se ausentassem da sala deveriam informar a credenciação, não devendo fazê-lo nos períodos de votação, alertando ainda para o facto de que, a ausência da sessão por tempo superior a trinta minutos era considerada falta, conforme prevê o n.º 3 do artigo 17.º do Regimento. A seguir o Sr. Presidente da MAR referiu, ponto por ponto, aos Srs. Representantes, os assuntos constantes do período de *antes da ordem do dia* e da *ordem do dia*. -----

De imediato, e entrando no ponto um de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente da MAR informou os Srs. Representantes que, pese embora estivesse prevista a tomada de posse de um membro da AR, certo é que tal não iria acontecer porque o mesmo se encontrava em isolamento profilático. -----

De seguida, o Sr. Presidente da MAR informou sobre as faltas e representações, tendo referido que, na AR de 19 de junho de 2020, foram verificadas três faltas. O Sr. Representante Artur Maria da Silva (CC 23165), pelo Círculo Eleitoral de Lisboa, faltou injustificadamente, tendo os demais apresentado justificações, em devido tempo, que foram aceites pela MAR. -----

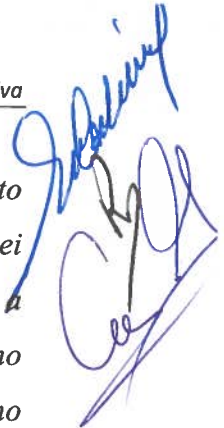
O Sr. Presidente da MAR informou que, nos termos do n.º 1 do artigo 13.º do Regimento, se encontravam presentes na reunião, uns presencial outros telematicamente, a Sr.ª



Bastonária e membros do Conselho Diretivo, o Conselho Fiscal, o Conselho Jurisdicional, elementos do apoio jurídico, estes ao abrigo do disposto no n.º 5 do artigo 4.º do Regimento e uma administrativa. -----

No quarto ponto de antes da ordem do dia, o Sr. Presidente do MAR abriu as inscrições para os Srs. Representantes que pretendessem usar da palavra, solicitarem informações ou esclarecimentos. Pediram a palavra os Srs. Representantes Domingos Queirós Martins (CC 2596), do Círculo Eleitoral de Viana do Castelo; António Cerejo Moreira Caseiro (CC 280), do Círculo Eleitoral de Leiria; João Filipe de Araújo Machado (CC 76360), do Círculo Eleitoral de Braga; e Maria Teresa Eva das Neves (CC 19591), do Círculo Eleitoral de Lisboa. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Domingos Queirós Martins, este começou por cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, os colegas presentes e os que se encontravam a participar telematicamente, o Sr. Presidente do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e demais elementos dos citados órgãos. De imediato, dirigindo-se ao Conselho Diretivo, e chamando à colação o debate de 15 de Outubro, a propósito das Casas CC, em que a Sr.ª Bastonária informou que em Viana do Castelo havia dificuldade em arranjar espaço para a delegação, recordou que, no Verão de 2018, foi visitar um local nessa cidade, a pedido de um diretor, que se destinava à representação, no entanto, o mesmo não reunia as condições, tendo-lhe sido solicitado que procurasse nessa cidade um espaço com cerca de 190 metros quadrados. Encontrou-o, sendo a renda de 750,00€, pelo que, não compreende a afirmação de que é difícil encontrar um espaço em Viana do Castelo. De seguida, requereu ao Conselho Diretivo que fizesse um balanço, ainda que sintético, da atividade desenvolvida pela Ordem enquanto reguladora da profissão desde a sua tomada de posse até ao momento presente. Continuando a sua intervenção o Sr. Representante disse (citamos): *“consta-se, e eu, confesso que, não sei se é verdade, que a Ordem neste momento (...) neste mandato, desde 2018, já vai no terceiro contabilista. Eu gostava de saber se são as contas que são complicadas ou se há aqui outra coisa qualquer que possa justificar esta tão elevada rotação.”* Já no que toca à reunião de 4 de novembro, e uma vez que foi dito que um grupo de colegas pôs em causa a legalidade do Referendo, entre outras coisas, adiantou o Sr. Representante que, àquela data, ninguém pôs em causa nada, apenas foi efetuado um pedido de esclarecimentos, do qual ele foi um dos seis subscritores, e que passou a ler: *“Excelência, os contabilistas certificados abaixo-assinados na qualidade de membros eleitos da Assembleia Representativa da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC),*



ao abrigo dos artigos 2.º, n.º 1, 13.º, n.º 1, 82.º e 85.º, todos do Código do Procedimento Administrativo, e aplicáveis subsidiariamente ex vi o artigo 4.º, alínea a), da lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, vêm requerer a V/ Ex.ª que se digne a informar-lhes a entidade que é titular ou proprietária da plataforma eletrónica que será utilizada no referendo sobre o projeto das Casas CC, em Lisboa e Porto, que se realizará no próximo dia 6 de novembro de 2020. Bem ainda se digne facultar-lhes cópia em suporte digital das peças do procedimento concursal relativas a aquisições dos serviços relativos à indicada plataforma eletrónica. Com efeito, conforme informação publicada no sítio da internet da OCC, em 1 de outubro de 2020, o referendo, que decorrerá no próximo dia 6 de novembro de 2020, será realizado através de mecanismos eletrónicos com a utilização de uma plataforma pertencente a uma entidade idónea e independente. Do mesmo modo, vêm requerer a V/ Ex.ª que se digne a informar-lhes da entidade que realizou o estudo da viabilidade económica e financeira, relativo ao projeto das Casas CC, bem como dos termos e condições atinentes à respetiva adjudicação, bem como a facultar-lhes cópia das peças do procedimento concursal. Com efeito, enquanto associação pública, nos termos do artigo 42.º da lei 2/2013, de 10 de janeiro, a Ordem está sujeita às regras de contratação pública nos limites e condições previstos no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo decreto-lei 18/2008, de 29 de janeiro, e suas posteriores alterações, pretendendo assim os ora signatários, na qualidade de membros da Assembleia Representativa e na defesa da legalidade do cumprimento das regras em matéria de contratação pública, a aceder às supra referidas informações, assumindo desde já o compromisso de se deslocar à sede da Ordem e de se facultar uma pen ou um CD para efeitos de gravação da referida documentação, ficando mandatário para o efeito um dos seguintes signatários: Rosendo Manuel da Silva José, CC 12529, ou Severino Gonçalves de Sousa, CC 6961. Com os melhores cumprimentos.". O colega, identificou ainda os signatários do referido pedido de esclarecimentos, a saber: Francisco de Oliveira Martins, CC 6695, Círculo Eleitoral do Porto; Alfredo Luís Portocarrero Pinto Teixeira, CC 22104, Círculo Eleitoral do Porto; Rosendo Manuel da Silva José, CC 12529, Círculo Eleitoral de Lisboa; João Correia Colaço, CC 16, Círculo Eleitoral de Setúbal; Severino Gonçalves de Sousa, CC 6961, Círculo Eleitoral de Setúbal; e Domingos Queirós Martins, CC 2596, Círculo Eleitoral de Viana do Castelo. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Caseiro, este iniciou a sua intervenção cumprimentando os Srs. Presidentes da Assembleia Representativa, do Conselho Fiscal, do Conselho Jurisdicional, do Conselho Diretivo, na pessoa da ilustre Bastonária, Dr.ª

Paula Franco e os demais ilustres colegas. De seguida, afirmou que era *“com enorme gosto e satisfação que venho expressar a minha opinião acerca do excelente trabalho desenvolvido pela nossa atual Bastonária, Dr.ª Paula Franco.”*, realçando o sucesso e o esforço desenvolvidos junto do Governo, da Autoridade Tributária, da Segurança Social, não esquecendo, por exemplo, que numa portaria consta a ilustre colaboração da Ordem dos Contabilistas Certificados, bem como a participação na Assembleia da República e nos *media*. *“Enche-me de orgulho ser contabilista”*, afirmou o colega António Caseiro, pois, o trabalho é reconhecido. Referiu também que, é de louvar a forma como a Sr.ª Bastonária tem defendido e prestigiado a profissão do contabilista certificado, onde todos contam. *“É para mim um enorme orgulho pertencer à maior ordem de profissionais de Portugal e que esta tenha à sua frente uma figura feminina, com grande experiência profissional, uma líder incontestável, de força, dedicação, nobreza, carácter, simplicidade, amizade e serenidade, a Ex.ª Dr.ª Paula Franco.”* -----

Seguidamente, foi dada a palavra ao Sr. Representante João Filipe Machado, que começou por cumprimentar a Sr.ª Bastonária, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional, o Sr. do Presidente do Conselho Fiscal, demais elementos e a MAR, e disse pretender apenas agradecer o trabalho de todos os colaboradores da Ordem e enviar uma mensagem de rápidas melhoras ao responsável pelo Departamento de Comunicação e Imagem da Ordem, solicitando ainda ao Sr. Presidente da MAR que, da forma lhe parecesse mais adequado, fizesse chegar, em seu nome e, se possível, dos membros da AR, aquela mensagem ao referido colaborador de OCC. -----

Dada a palavra à Sr.ª Representante Teresa Neves e, após cumprimentar todos os intervenientes na AR, continuou a sua intervenção dando conta que tinha recebido um email de um colega, para o seu endereço eletrónico institucional, questionando a posição da Ordem sobre a contratação de contabilistas certificados que estão a iniciar a carreira e que se encontram à mercê de empresários que os contratam sob condições muito precárias e sofrem pressões muito grandes, inclusive contrárias à lei. A colega manifestou a sua preocupação nesta matéria, pois considerou que a fragilidade na dependência técnica tem sempre a ver com uma situação de necessidade, tanto nos casos de trabalho dependente, como também em casos de trabalho independente. -----

Antes de dar a palavra ao Conselho Diretivo para se pronunciar, o Sr. Presidente da MAR solicitou ao colega João Filipe Machado que endereçasse um email à MAR com a sua pretensão, por forma a ser encaminhado ao colaborador Jorge Magalhães, em nome de toda a Assembleia, caso ninguém se opusesse. -----

Seguidamente foi dada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Bastonária que, desde logo, cumprimentou a MAR, os ilustres Representantes que estavam presencialmente e que se encontravam à distância, bem como os Presidentes dos outros órgãos: o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e o Sr. Presidente do Conselho Fiscal, bem como os restantes elementos desses órgãos. No que respeita à intervenção do Sr. Representante Domingos Queirós Martins, e a propósito da exposição que leu, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu que nada havia a comentar, pois já o havia feito. Quanto à delegação de Viana de Castelo, o imóvel apresentado foi o único, de facto, com interesse. No entanto, teriam de ser realizadas obras de cerca de 100.000,00€, o que levou o Conselho Diretivo a ponderar, se, em vez de arrendar seria melhor comprar atendendo ao elevado valor das obras a realizar. Nesse sentido, foi apresentada uma proposta ao proprietário do imóvel, que não foi aceite, pelo que se aguarda encontrar um local com os requisitos pretendidos, pois pretende-se uma representação em Viana do Castelo. Relativamente ao facto de a Ordem ter tido três contabilistas, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária assegurou que a contabilista certificada responsável é a Dr.<sup>a</sup> Ana Teresa Pina, que trabalha na Ordem há mais de 20 anos. Foi contratada uma pessoa para assumir a responsabilidade pela contabilidade por forma a que a Dr.<sup>a</sup> Ana Teresa se dedicasse apenas aos recursos humanos, pessoa aquela que, entretanto, decidiu ir trabalhar para outro lugar e, por isso, posteriormente, foi contratado um outro contabilista, este para reforçar a equipa de contabilidade, não para ser o responsável pela contabilidade da Ordem, continuando a Dr.<sup>a</sup> Ana Teresa a assumir a qualidade de contabilista certificada da Instituição. ----- Em relação às palavras proferidas pelos restantes colegas, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmou que, felizmente, existe uma Ordem de que todos se podem orgulhar, com resultados muito positivos, principalmente neste ano, em virtude do trabalho realizado pelo Conselho Diretivo, diariamente, com o apoio de muitos dos Srs. Representantes e agradeceu ainda a exposição dos Srs. Representantes António Caseiro e Filipe Machado. ----- Quanto às palavras dirigidas ao colaborador Jorge Magalhães, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária agradeceu como representante da instituição, esclarecendo que o mesmo se encontrava numa situação delicada e que se esperava que estabilizasse e recuperasse rapidamente, sendo certo que, assim que for possível, afirmou, esta preocupação seria partilhada junto da esposa do Jorge Magalhães. ----- No que toca à matéria suscitada pela Sr.<sup>a</sup> Representante Teresa Neves, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmou que a Ordem tem consciência que podem existir situações preocupantes no âmbito do trabalho dependente. No entanto, a perceção é a de que, atualmente, a forma de explorar os contabilistas acabará por ser mitigada pela forte procura de profissionais



da área, mesmo os mais jovens chegam ao mercado de trabalho e estão mais protegidos, já que, se não se sentirem bem no local de trabalho, podem mudar com mais facilidade. Há que valorizar a profissão, disse a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, por forma a que os contabilistas certificados sejam procurados pelas suas qualidades e não sejam explorados por empregadores com poucos escrúpulos. De qualquer forma, esta preocupação seria transmitida à APECA, a Associação Portuguesa das Empresas de Contabilidade e Administração, adiantou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, que é a entidade que gere o contrato coletivo de trabalho do setor, de forma a assegurar maior proteção para este tipo de trabalhadores. Seguidamente, o Sr. Presidente do MAR deu de novo a palavra ao Sr. Representante Domingos Queirós Martins, que disse (citamos): *“Eu peço desculpa, mas eu tinha pedido ao Conselho Diretivo que fizesse um balanço, ainda que sintético, da atividade da OCC, enquanto regulador, nos últimos três anos”*. -----

Em resposta, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária esclareceu que, não tinha tido em consideração essa pergunta porque entendeu que não se tratava, propriamente, de uma questão. Ainda assim, afiançou que, por este não ser o momento certo, teria todo o gosto após apresentadas as contas de 2020, promover o envio dos três relatórios, especificamente, ao Sr. Representante Queirós Martins, para este poder ler e analisar todo o plano e todas as atividades realizadas pela Ordem. -----

Previamente ao início à ordem do dia, o Sr. Presidente da MAR alertou para a necessidade de os Srs. Representantes terem o endereço de email institucional ativo, que é uma forma de contacto privilegiado com a instituição, acrescentando ainda que, nas situações em que tal não se verifica, deveriam contactar a Ordem, através do email *carla.rebelo@occ.pt*, solicitando novas credenciais. -----

Esgotado o período antes da ordem do dia e entrando propriamente na ordem do dia, e conforme o seu ponto um, o Sr. Presidente da MAR informou iria dar nota à AR da ata n.º 4 da Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC. Prossequindo, disse: *“nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 22.º do Regimento desta Assembleia, cabe ao Presidente da mesma dar nota à Assembleia das reuniões e das atas de fixação de remunerações dos titulares de órgãos sociais da Ordem”* e questionou os Srs. Representantes sobre a sua intenção de colocar qualquer questão sobre a ata que lhes foi presente, o que não se veio a verificar. -----

Assim, e de imediato, o Sr. Presidente da MAR seguiu para o ponto dois da ordem de trabalhos, a aprovação da ata da reunião de 19 de junho de 2020. Questionados os Srs. Representantes sobre a intenção de se pronunciarem, a Sr.<sup>a</sup> Representante Maria Teresa

Eva das Neves (CC 19591), do Circulo Eleitoral de Lisboa, pediu a palavra afirmando que, embora tivesse estado ausente da última Assembleia, por luto, visualizou a gravação e, sendo assim, entendia que poderia votar em relação à ata. -----

De imediato, o Presidente da MAR esclareceu que, em regra, a ata é enviada para todos os Representantes, para terem conhecimento, no entanto, segundo o seu entendimento apenas devem participar na votação os membros presentes na reunião a que respeita. Ato contínuo, o Sr. Vice-Presidente da MAR, interveio chamando à atenção para o disposto no n.º 3, do artigo 20.º do Regimento, com vista a corroborar o esclarecimento prestado pelo Sr. Presidente da MAR. -----

Confrontada com esta situação, a Sr.ª Representante Teresa Neves, questionou a Assembleia se deveria votar ou abster-se, tendo intervindo nesse momento o Sr. Representante António Manuel dos Santos Nabo (CC 9593), pelo Circulo Eleitoral de Évora, esclarecendo e ao mesmo tempo apelando ao entendimento do assessor jurídico, que, de acordo com o Código do Procedimento Administrativo, a colega não poderia votar porque não esteve presente. Tendo em consideração a situação e agradecendo os contributos, o Sr. Presidente do MAR sugeriu que, uma vez que a colega tinha recebido o *link* para votar as duas situações, deveria fazê-lo, sendo no escrutínio desconsiderado o voto respeitante à ata. -----

Passando ao ponto três da ordem do dia, *apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021*, o Sr. Presidente da MAR informou que quem quisesse usar da palavra deveria inscrever-se para o efeito. -----

Inscreveram-se, de imediato, para se pronunciar os Srs. Representantes António Caseiro, CC 280, do Círculo Eleitoral de Leiria; Domingos Queirós Martins, CC 2596, do Círculo Eleitoral de Viana do Castelo; Vítor Lino Soares Martins, CC 24253, do Circulo Eleitoral de Lisboa; Maria Teresa Eva das Neves, CC 19591, do Círculo Eleitoral de Lisboa; António Manuel dos Santos Nabo, CC 9593, do Círculo Eleitoral de Évora; José Domingos São Bento Rodrigues, CC 2445, do Círculo Eleitoral de Braga; José Alberto de Brito Pereira, CC 3768, do Círculo Eleitoral de Faro; Carlos Manuel Pera Nunes, CC 21009, do Círculo Eleitoral de Faro; e José das Neves Raimundo, CC 53932, do Círculo Eleitoral de Portalegre. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Caseiro, o mesmo afirmou que “*temos um bom orçamento, prudente, responsável, que se adequa em tempos difíceis...*” quando a Sr.ª Bastonária dirigindo-se ao Presidente da MAR, questionou: “*não seria em primeiro lugar a apresentação do orçamento?*” -----

Admitindo o lapso, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Sr.<sup>a</sup> Bastonária para apresentar o Plano de Atividades e Orçamento para 2021. -----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária iniciou a sua intervenção mencionado que o orçamento para o próximo ano é conservador e o plano de atividades bastante motivador, representando o que se tem vivido nos últimos meses. Há um ano, disse, ao apresentar o plano e o orçamento, existiam muitas expectativas para 2020. A pandemia alterou as estimativas e muitas atividades previstas para este ano, mas não os aspetos essenciais. Assim, este Plano de Atividades e Orçamento para o ano de 2021 também reflete essa realidade, conscientes de que, adiantou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, a pandemia não iria acabar no dia 1 de janeiro de 2021, e que (citamos) *“ainda vamos ter que viver com ela durante alguns meses do ano de 2021, numa perspetiva realista de pelo menos serem 6 meses, diria, até que tudo se regularize”*. Ainda assim, o plano será arrojado, embora se pretendesse que fosse mais além, transmitiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. Mantiveram-se muitas atividades, ainda que à distância, como é o caso da AR, e continuar-se-á a fazê-lo até, pelo menos, o primeiro semestre de 2021. A Ordem teve de se reinventar e acompanhar os profissionais nessa reinvenção. Apelando ao voto por unanimidade, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária elucidou que, o que está vertido no Plano de Atividades e Orçamento de 2021 e que vai ser votado, é um orçamento conservador, justo e honesto, apesar de o próximo ano ser um ano de campanha eleitoral. De seguida, acompanhando a apresentação de um *powerpoint* e recorrendo a uma frase de Steve Jobs, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária afirmou *“vamos inventar o amanhã em vez de nos preocuparmos com o que aconteceu ontem”*, pois, hoje os contabilistas estão solidamente preparados para aquilo que aí vem, tendo atingido uma posição e um reconhecimento completamente diferente do que aquele com que se iniciou este ano de 2020, e o ano de 2021 será, afirmou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, a consolidação do resultado do trabalho dos contabilistas certificados e do trabalho da OCC no contributo para esse reconhecimento e esse respeito da sociedade pela profissão. As pandemias também servem para crescer e para aproveitar as oportunidades. Foi o que sucedeu com a Ordem e com a maior parte dos contabilistas, que demonstraram estar à altura dos grandes desafios, tiveram que dar respostas, assegurar a continuidade dos negócios, ajustar-se na adoção de mecanismos de trabalho remoto, fazer ajustes às necessidades dos seus clientes e conseguiram-no. Sem os contabilistas não teria sido possível, para a maioria das empresas, aceder aos apoios do Estado. Continuou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referindo que, o ano de 2021 não será diferente, temos que preparar a recuperação e a retoma económica e a Ordem vai continuar a dar auxílio naquilo que é o entendimento da legislação e dos apoios existentes, reconstrução

também de planos de negócios e modelos de funcionamento interno para ajudar os contabilistas certificados a evoluírem no âmbito das suas atividades, para que façam investimentos no crescimento sustentável e reforço da resiliência que é sempre a base da profissão. A resiliência e o esforço que tem sido feito pelos contabilistas e que continuará a ser feito durante o ano de 2021 é essencial, manifestou a Sr.ª Bastonária, para alcançar o sucesso e a estabilidade tão necessária no exercício da atividade, sendo certo que, para os contabilistas certificados e para os negócios, de uma forma geral, haverá uma possibilidade de migração para serviços totalmente digitais. Desde o início de 2020 que foi possível, pela primeira vez, a digitalização dos documentos contabilísticos de suporte às operações, que muitos colegas já começaram a aproveitar, mas nem todos. As exigências da Autoridade Tributária e, por exemplo, a faturação eletrónica, vão conduzir a que os contabilistas realizem a migração para serviços totalmente digitais que, serão ao mesmo tempo oportunidades de evolução. Aliás, o Congresso de 2019 deu o pontapé de saída nesta matéria das grandes tecnologias e a pandemia ajudou os contabilistas a aproveitarem os recursos e o seu *know-how*, rentabilizando o seu tempo de trabalho, matéria essa que será consolidada em 2021. Continuando, referiu que, não se podem descurar os vetores estratégicos, assim, no ano de 2020, a Ordem dedicou-se a 100% aos seus membros e este continuará a ser um dos vetores estratégicos para 2021, tal como *“posicionar o contabilista certificado como um profissional multidisciplinar, digital, empresário, criador de valor e antecipador económico”* é outro dos nossos vetores estratégicos. Sendo esta uma profissão de interesse público, prosseguiu a Sr.ª Bastonária, e também como vetor estratégico *“todos nós temos que ser agentes na recuperação económica sustentável”* e *“seremos com certeza os principais agentes que vamos ajudar na recuperação económica sustentável das nossas empresas, com rigor, com presença, com criação de valor”*. Além do mais, a Ordem tem, e continuará a ter, muitas preocupações do ponto de vista legislativo, referiu a Sr.ª Bastonária, especialmente no que respeita à Autoridade Tributária e à Segurança Social, pelo que, continuará a negociar, quiçá, a lutar, designadamente, no que toca ao aperfeiçoamento legislativo, como por exemplo, os artigos 29.º e 32.º do RGIT, que foi motivo de muita preocupação, prestes a ser concluído. Neste momento estão a ser discutidas pelos grupos parlamentares, em sede de Comissão, propostas à Lei n.º 43, que foi aprovada em julho e a Ordem apresentou-as, com o intuito de não se perderem direitos na defesa dos contribuintes, designadamente, no que toca à responsabilidade dos membros dos corpos sociais e responsáveis técnicos, vertida no artigo 24.º da LGT. As negociações estão a correr bem,



informou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, mas não podemos descurar o acompanhamento destas matérias, até à discussão e votação final na especialidade. Referiu-se também à liquidação do pagamento por conta de IRC, porque não faz sentido haver aplicação da coima relativamente a um cálculo que a própria Autoridade Tributária consegue realizar. Continuar-se-á ainda a acompanhar com muita atenção a regulamentação do SAF-T PT, que não irá ser concluída em 2020 e o regime das férias fiscais. Se não for no final de 2020, no princípio de 2021, a Ordem está convicta que todas estas matérias estarão resolvidas. Para 2021, em termos de metas legislativas, já foram apresentadas uma série de propostas com o objetivo de melhorar as condições de trabalho dos contabilistas, algumas delas relacionadas com alterações ao regime dos trabalhadores independentes no âmbito do Código Contributivo e Segurança Social, designadamente, com o processamento de salários, que se pretende que passe a fazer parte da competência exclusiva dos contabilistas certificados e que tal competência fique vertida no estatuto e, também, com o retirar o regime de transparência fiscal da parte dos trabalhadores independentes do Código Contributivo, uma vez que traz imensos constrangimentos aos contabilistas certificados. Já quanto ao problema do calendário fiscal e da junção de determinadas obrigações que não fazem sentido existir, a Ordem continuará a trabalhar, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, por exemplo, para o relatório único deixar de ter obrigações contabilísticas, quando elas estão vertidas na IES, bem como outras situações que se repetem, só causando trabalho acrescido desnecessário e custos às empresas e à economia, que não são justificáveis. -----

Do ponto de vista orçamental, o Orçamento para 2021 é um orçamento conservador, reiterou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. Relativamente ao ano de 2020, muitas das previsões foram rescritas, embora não tivesse sido elaborado um orçamento retificativo, todavia perdeu-se muita receita, até porque não foi realizada praticamente formação durante o ano. Continuou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referindo que, quanto a 2021 mantiveram-se os pressupostos da realidade que se viveu em 2020. A Ordem conseguiu sustentar-se com as quotas em 2020, não dependendo da formação, pois esta foi gratuita, tendo o TOConline tido algum impacto. No entanto, existiram também, ainda, muitos custos associados ao TOConline, especialmente com o seu desenvolvimento. Ainda assim, conseguiu-se servir os membros, realizar formação gratuita, manter os serviços da Ordem e melhorá-los, ainda que à distância. Muito do que se encontra refletido em 2021 tem como base a experiência e a aprendizagem vivida nos últimos nove meses de 2020. Em março, havia muita apreensão no que se estava a decidir, nomeadamente, se a Ordem seria sustentável ou se

teria de recorrer a financiamentos para manter os serviços aos membros, comentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, mas com poupança e muito rigor nas contas, tais receios não se concretizaram e, com isso, também foi conseguido em 2020 um equilíbrio de tesouraria e de resultado. E é isso que está vertido no orçamento para 2021 com o que aprendemos em 2020, prosseguiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. Há um decréscimo do valor das prestações de serviços. O Orçamento para 2021 já vem refletir que, pelo menos em metade do ano, a Ordem não vai ter atividades geradoras de rendimentos além das quotas e formação, mas esta com muito pouca expressão, e do próprio TOOnline. Com estes pressupostos, teremos uma redução de 45,7% nas ações de formação, pelo menos, pois prevê-se a inexistência de sessões presenciais até setembro, e prevê-se também um crescimento de 25% do TOOnline, estando ainda prevista uma diminuição considerável dos gastos, por forma a obtermos um orçamento equilibrado. Ainda assim, o orçamento constata-se viável do ponto de vista financeiro, assegurou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. Pretende-se uma política rigorosa, conservadora, honesta, com um único objetivo: manter sempre a Ordem sustentável. Isto faz com que a previsão para 2021, aponte para um resultado líquido de 350.000,00€, que traduz um bom desempenho para um ano que não se perspectiva de excelência, com uma autonomia financeira de 71% e uma solvabilidade de 2.4, o que será extraordinário, adiantou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. -----

Para concluir, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu-se à evolução do endividamento da Ordem e apresentou um mapa demonstrativo, o qual, disse, evidenciava uma redução desse endividamento de 51,72% durante o mandato, correspondendo a 10.180.000,00€ iniciais, reduzidos para 5.318.000,00€ no final do ano de 2020, e para 4.915.000,00€ no final de 2021, consubstanciando assim uma redução de 5.265.000,00€, o que traduz um dos grandes objetivos da direção e que se conseguirá concretizar, referindo-se ainda à importância e apoio da Assembleia Representativa, pela aprovação dos orçamentos e das contas. -----

Continuando, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária sublinhou que o Orçamento para 2021 e o plano de atividades apresentam bastantes desafios com vista à consolidação da profissão, pretendendo manter-se as atividades e melhorá-las, promovendo o equilíbrio entre o “fazer mais e melhor”, e a estabilidade financeira. Concluiu a sua intervenção requerendo a aprovação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021. -----

Dada a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Fiscal, este começou por cumprimentar todos os colegas, através do Sr. Presidente da MAR. De seguida, em nome do Conselho Fiscal desejou votos de melhoras ao colaborador Jorge Magalhães, extensivos a todos os

colegas que, nestes tempos de pandemia, estejam a sofrer com problemas de saúde e, continuou esclarecendo que, relativamente ao Plano de Atividades e Orçamento para 2021, como é do conhecimento geral, o Conselho Fiscal não tem nas suas atribuições a emissão de qualquer parecer sobre esse documento e (citamos) “*não obstante, quer ele fosse solicitado ou não pelo Conselho Diretivo, o Conselho Fiscal tem por prática, porque acompanha a atividade da Ordem ao longo do ano, nomeadamente na informação que vai chegando aos colegas através do relato integrado e intercalar, quer do primeiro trimestre, quer do primeiro semestre, quer também do terceiro trimestre, o Conselho Fiscal tem uma participação muito ativa e proativa no sentido de contribuir para que esses documentos que vão sendo disponibilizados sejam de facto um sinónimo de transparência e daquilo que nós defendemos no Conselho Fiscal e já fomos fazendo essas intervenções ao longo das várias Assembleias Representativas onde tivemos oportunidade de participar. Aquilo que nós defendemos são documentos de melhoria contínua e que resultam sempre em recomendações ao Conselho Diretivo, para que esses documentos, de facto, sejam cada vez mais melhorados, quer não só em quantidade de informação, mas sobretudo na qualidade da mesma. O documento, de facto, o Conselho Diretivo pediu-nos, por escrito, um parecer sobre o Plano de Atividades e Orçamento para 2021. Como sabem estamos a falar sempre de informação que é prospetiva, não é informação histórica, não obstante a sua elaboração ser baseada em informação real até determinada data. Como sabem, o orçamento foi elaborado com alguma antecedência e concluído no mês de novembro, e teve por base os valores reais de outubro de 2020, nesse sentido o Conselho Fiscal elaborou, como normalmente faz nos outros tipos de trabalhos, quer anuais, quer intercalares, um conjunto de indagações e também de verificações documentais junto dos serviços da Ordem e também do Conselho Diretivo, nomeadamente, através da sua Diretora Financeira Dra. Cristina Pena, que nos vai esclarecendo e incorporando os nossos contributos. De facto, este documento, aliás como todos os outros, não são publicados sem antes o Conselho Fiscal se pronunciar sobre eles e, de certa forma, autorizar, se posso utilizar esta expressão, que, se calhar não seria necessária, mas existe esta política de não ser publicado nada sem o Conselho Fiscal dar o seu Ok. Neste sentido, o Conselho Fiscal, sendo o Plano de Atividades e Orçamento um documento relativamente extenso, não tão extenso como o Relatório anual, mas, de certa forma, um documento que está muito bem estruturado, assente, como a Sr.ª Bastonária falou, em três vetores estratégicos que me escuso de os voltar a referir, vetores esses que estão assentes em 28 medidas de ação sobre as quais se realizarão, previsivelmente, 140*

*ações ao longo do ano de 2021, obviamente, como costumamos dizer, estamos com previsões do futuro, numa conjuntura difícil, pandémica, de enorme incerteza e, obviamente, teremos de ter todos a consciência que nem todas as ações serão concretizadas, sendo esse o objetivo, que sejam todas concretizadas, mas eventualmente também poderão ser aportadas novas ações que, ao longo do ano de 2021, se vão certamente apresentar e que não estão previstas também neste Plano de Atividades e Orçamento. Este Plano de Atividades, além destas 140 ações, tem também depois um conjunto de mapas auxiliares, alguns dos quais a Sr.ª Bastonária já teve oportunidade de fazer uma apresentação resumida, em que eu sublinharia, quer o mapa de rendimentos e gastos previsionais, o plano anual de investimentos, a demonstração de resultados por naturezas, também previsional, e o orçamento de tesouraria que é apresentado no seu formato mensal, formato mensal em que nós conseguimos acompanhar ao longo do ano, desde o início de 2021 até ao final de 2021, tudo o que é expectável ser recebido e aquilo que é expectável ser pago ao longo desse ano que aí vem. No ano passado, por altura da emissão do parecer do Conselho Fiscal para o Plano de Atividades e Orçamento para o período que estamos agora a encerrar, que é o 2020, teríamos sugerido que fosse incluído também neste documento, futuramente, o balanço previsional e a demonstração dos fluxos de caixa previsional, aliás, também tínhamos um orçamento, até mensal, porque não conseguimos produzir, para melhorarmos este documento, para darmos mais informação aos stakeholders, não só aos membros mas também a todo o público em geral, incluir dois documentos chave que nós produzimos normalmente numa base anual, com esta nossa recomendação que fizemos no ano passado, conseguiu o Conselho Diretivo, também como todo o apoio do Conselho Fiscal, que estes dois documentos fossem produzidos, quer o Balanço previsional quer também a demonstração dos fluxos de caixa previsionais, que foram apresentados, como disse, pela primeira vez. Em termos de trabalho, eu já fui dizendo que, acompanhamos ao longo do ano, porque fazemos esse trabalho mensalmente, e também já tivemos oportunidade de conseguir validar três relatórios intercalares. Com base nesse trabalho efetuado, foi possível ao Conselho Diretivo efetuar as suas previsões de resultados e de balanço para o ano de 2021. Estamos todos conscientes que existe sempre um risco orçamental, um risco orçamental que tem a ver com a incorporação neste tipo de documentos de estimativas, de pressupostos que, tendo que estar fundamentados, podem sempre não se concretizar, eventualmente estes desvios poderão, ou não, ser materialmente relevantes, o que pode acontecer, por exemplo, que o número de quotas que são expectáveis de serem recebidas*



*não se concretizarem, do número de licenças Toconline não se virem a concretizar as estimativas que estão previstas, obviamente que, numa situação de pandemia, não sabemos, e a Sr.ª Bastonária já falou, muito dificilmente só conseguiremos retomar as ações presenciais e, claro, de um forma que trás rendimento à Ordem, no terceiro trimestre, ou último quadrimestre de 2021. É muito difícil também, claro que temos o histórico, estimar o número de formando que estarão presentes nessas ações de formação, também não é fácil, isso exige um exercício de previsão, quanto à sinistralidade que vamos ter a nível do seguro de responsabilidade civil, são, meramente, alguns exemplos que o Conselho Diretivo teve que fazer este exercício de prospeção, de previsão, para incorporar e para podermos chegar a estes documentos que foram apresentados e vertidos no documento que hoje está objeto de apreciação. Ao Conselho Fiscal, depois de ter sido pedido este trabalho, obviamente que cumpre fazer aquilo que as boas práticas recomendam. Como sabem, não existem normas contabilistas para informação contabilística prospetiva, mas existem normas de auditoria, e temos, felizmente, no Conselho Fiscal também auditores, também tentamos aplicar um pouco daquilo que diz a Norma Internacional de Garantia de Fiabilidade 3400, que fala precisamente sobre a informação financeira prospetiva e quais são os procedimentos que algum órgão independente seja auditor, e neste caso é o Conselho Fiscal, deverá fazer. Portanto, eu já fui explicando um pouco, nós fomos fazendo o nosso trabalho, aproveitando o trabalho que fomos fazendo ao longo do ano, efetuámos as indagações que achámos que devíamos ter feito nas circunstâncias, verificámos face à estoicidade da atividade da Ordem e face àquilo que são as perspetivas de atividade para o ano de 2021, verificar a consistência e a adequação dos pressupostos que deram corpo, ou razão, às estimativas que foram apresentadas e que estão incorporadas nesses diversos mapas e demonstrações financeiras apresentadas. Dizer-vos que, de facto, não só foi construído o balanço previsional e a demonstração de fluxos de caixa previsional como também nós tínhamos o ano passado recomendado que nos mapas fossem incluídas as quantias reais do ano anterior, ou seja 2019, se forem verificar nos mapas, nas demonstrações financeiras, já constam também os valores reais do ano anterior, de 2019 e, inclusivamente, também tínhamos sugerido que fosse incluído, uma vez que estávamos em outubro, fizessemos uma estimativa daquilo que vamos esperar para os resultados de 2020, estávamos a dois meses, agora estamos já no mês de dezembro, quer na demonstração de resultados por naturezas quer também no balanço, temos a estimativa de como vamos fechar o ano de 2020. Eram duas situações que também tínhamos*

*recomendado, incluir o comparativo do ano, deste caso do 2019, real de 2019, e também da estimativa de 2020, uma vez que também estamos a apresentar a estimativa para 2021. não fazia muito sentido não apresentar a estimativa de 2020 quando estávamos a fazer este trabalho a dois meses do fecho do exercício. Portanto, e como dizia, no âmbito da Norma ISAE 3400, que não sendo obrigatória, mas nós, como boa prática, seguimos, temos uma opinião pela negativa, no sentido de dizer que, em face do trabalho que efetuamos, das indagações efetuadas, dos esclarecimentos que foram obtidos e das recomendações que fizemos de alteração ao documento que foi publicado no site, que teve várias alterações sugeridos pelo Conselho Fiscal, somos, de facto, do parecer que nada chegou à nossa conclusão que aquilo que foi estimado, as previsões que foram efetuadas e que estão vertidas nesses documentos, que não sejam consistentes e que não reflitam, de facto, a sequência das políticas contabilísticas e os procedimentos de contabilidade que têm sido seguidos nos anos anteriores e, neste caso, no ano corrente. Portanto, para terminar, diria, em jeito de reforço, que já por natureza é difícil estimar o futuro, numa situação de pandemia que se vai manter, pelo menos, expectavelmente, durante o primeiro semestre de 2021, teremos que estar preparados para que, eventualmente, alguma destas situações possa não vir a acontecer, esperamos é que os desvios não sejam materialmente relevantes como poderão eventualmente vir a acontecer". Terminou a sua intervenção desejando a todos um Feliz Natal e um ano de 2021 com muito sucesso, mas, essencialmente com saúde. -----*

De seguida, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional. No uso da palavra, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional após cumprimentar todos os participantes na Assembleia, na pessoa do Sr. Presidente da MAR, não pode continuar a sua intervenção em virtude de se terem verificado problemas de som. Ficou assente que seria dada, mais tarde, oportunidade ao Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional para se pronunciar. -----

Assim sendo, o Sr. Presidente da MAR, questionou se alguém queria usar da palavra perante a apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021. Além dos Srs. Representantes que se tinha inscrito anteriormente, inscreveram-se, desta feita, para se pronunciarem, os Srs. Representantes: Daniel Filipe Moreira Lopes, CC 71031, do Círculo Eleitoral de Aveiro; Maria Lucília Pereira Marques, CC 24701, do Círculo Eleitoral de Setúbal; e Gilberto Jorge de Ávila Moniz, CC 39010, do Círculo Eleitoral dos Açores. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Caseiro, o mesmo limitou-se a referir que este Plano de Atividades e Orçamento, era um excelente orçamento, prudente, rigoroso, credível, responsável, com contas equilibradas, com menor recurso a capitais alheios e que responde aos desafios que a Ordem enfrenta. -----

Já o Sr. Representante Domingos Queirós Martins, no uso da palavra, recorrendo ao descrito na página 34 do Plano de Atividades e Orçamento para 2021, salientou que, no último parágrafo, no n.º 8, *“apoio social aos membros”, “a par destas medidas, as preocupações com o esforço das condições da apólice de seguro de saúde e do seguro de responsabilidade civil profissional serão redobradas, negociando-se melhores condições e a aposta no fundo de pensões e no fundo de solidariedade social que continuará em 2021”*, e terminou dizendo *“nas ações previstas não vejo aqui referência nenhuma ao fundo de pensões. Por favor agradecia esclarecimento.”* -----

Dada a palavra à Sr.<sup>a</sup> Representante Teresa Neves, esta mencionou que pretendia transmitir o reconhecimento e o agradecimento dos contabilistas certificados à direção e à Sr. Bastonária, pelo apoio nesta crise e pela união da classe como nunca se havia vivenciado. De seguida, a colega Teresa Neves, agradeceu o empenho relacionado com o RGIT e a LGT e salientou, no que respeita ao plano de atividades, o ponto 12, em concreto, *“a criação e implementação de um novo modelo que vai ao encontro das melhores práticas internacionais e da pedagogia pretendida. Elaborar um guia de procedimentos e dar formação aos responsáveis pelo novo sistema de certificação de qualidade e pugnar, através da certificação de qualidade, por uma concorrência leal entre pares e honorários justos para a atividade profissional”*, concluindo que a certificação de qualidade é que vai preparar o futuro da profissão e que o guia de procedimentos é uma peça chave, porque os contabilistas querem cumprir, querem fazer bem e precisam de saber concretamente como vão ser avaliados, passando por uma boa pedagogia e muita formação disponível, para posterior verificação do cumprimento e certificação. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Vítor Martins, o mesmo declarou que após leitura atenta, teve a noção que o orçamento é conservador e cauteloso, a existirem desvios serão justificados. Em relação ao plano de atividades, o Sr. Representante afirmou acreditar que, até final do ano, será obtida a certificação enquanto profissionais. Já quanto às quotas manifestou a sua opinião afirmando que *“não é justo que um membro que tem uma contabilidade ou nenhuma contribua com 12,00€ de quota para a Ordem e que alguém que tem 50, 100, 200, 300, contribua também com esses 12,00€.”* E, nesse sentido,

requereu que a direção acabe com tal injustiça. Terminando a sua intervenção, apelou à aprovação por unanimidade do Orçamento e do Plano de Atividades. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante António Nabo, que, após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e os demais membros dos Órgãos Sociais, afirmou que o Plano de Atividades e Orçamento é um plano com imensa ambição, que é apanágio do Conselho Diretivo e não esmoreceu com a pandemia. Adiantou ainda que, considera extraordinário o facto de estarem previstas 28 medidas de intervenção para o ano de 2021, estando igualmente vertidas algumas das que não foi possível concretizar em 2020. No que toca às novas representações de Bragança, Viana do Castelo, Beja, Portalegre e Angra do Heroísmo, referiu que as mesmas cimentam a identidade enquanto contabilistas, o que é muito positivo para a Ordem e para a instituição em si. Já quanto ao TOConline salientou que é uma ferramenta que continua a desenvolver-se e cada vez com mais aderentes. Será também importante, prosseguiu o Sr. Representante, o reforço da comunicação em todos os níveis, mas principalmente em duas áreas, os ciclos de conferências e a relação com as associações empresariais, com a academia, o reforço das relações internacionais, bem como da relação com os PALOP. Como nota final, o Sr. Representante afirmou que, o orçamento deveria ser visto como o continuar de um caminho que foi definido há 4 anos, mas que precisa de ser reforçado, porque *“é um caminho certo e é aquele caminho que nos tem tornado cada vez mais fortes”*. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante José Rodrigues, o mesmo iniciou a sua intervenção fazendo votos que todos estivessem de boa saúde e reconhecendo o papel da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, no apoio, na formação, nos esclarecimentos prestados aos contabilistas e na defesa do exercício da profissão. Alertou para o facto de que, o constante do email a que a colega Teresa Neves fez referência não ser novidade, isto porque qualquer pessoa pode ter um escritório de contabilidade, contrata três ou quatro contabilistas e tudo é tratado como a entidade patronal entende, desrespeitando a Ordem e o Código Deontológico, se for caso disso. O controlo de qualidade conseguiu resolver a situação durante uns tempos, mas o término do mesmo influenciou a situação. Assim, e olhando para o plano de atividades e orçamento, o colega afirmou que iria apresentar a mesma crítica que assinalou há uns anos atrás, traduzida no facto do referido documento estar muito vocacionado para o contabilista que exerce a profissão em regime independente, como entidade patronal, com o seu gabinete de contabilidade ou escritório de serviços de contabilidade e não olha para o contabilista, não trata o contabilista trabalhador por conta de outrem especificamente, de forma a que o defenda também e o consiga munir das



ferramentas para se defender perante a entidade patronal. A título de exemplo, referiu que, muitos contabilistas para irem às formações da Ordem, viam descontado o dia de trabalho. Quanto à certificação de qualidade tudo leva a crer que seja voluntária e, se assim for, não existe uma obrigação da Ordem de controlar os trabalhos dos contabilistas, sendo certo que, se os profissionais não quiserem não se voluntariam para o efeito. No entender do Sr. Representante José Rodrigues, devia ser uma obrigação a obtenção de certificação. Já relativamente às contas propriamente ditas, o colega manifestou, quer a sua preocupação com o aumento considerável de gastos com o pessoal, quer a importância crescente do TOOnline que, a médio prazo, poderá representar um valor significativo para a Ordem, deixando ainda uma questão em relação à diferença da dívida dos membros entre 2020 e a prevista no plano e orçamento para 2021, que se cifra aproximadamente num milhão de euros. Finalizando a sua intervenção, considerou o orçamento globalmente aceitável. No entanto, declarou que permanece a dúvida quanto ao fundo de pensões e que não houve qualquer referência às Casas CC, nem sequer se o edifício de Lisboa vai ou não ser vendido. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante José Pereira, este iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente da Assembleia e os restantes membros da MAR, a Sr.ª Bastonária e os restantes membros da Direção, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e restantes membros, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes membros do Conselho Fiscal e os demais colegas. Fazendo uma reflexão sobre o ano de 2020, o Sr. Representante agradeceu à Sr.ª Bastonária e aos restantes membros da Direção, *“que trabalharam de forma exemplar estes 3 anos e, especialmente, este ano muito doloroso para eles e para nós”*, lutando contra tudo e contra todos, nomeadamente a AT e a Segurança Social. Em relação às propostas, salientou a abertura das representações como forma de alargar o peso da Ordem em todo o país, as *newsletters*, lamentando apenas o facto de não serem enviadas logo pela manhã, e as anotações explicativas aos diplomas assim que são publicados, resumo esse que a Ordem já efetua em alguns deles, mas seria importante que o fizesse em relação a todos. Manifestou também que o sítio da internet deveria ser reformulado, para ser mais acessível e prática a sua utilização e que, mesmo que a certificação não avançasse de imediato, o guia deveria avançar. Completou a sua intervenção afirmando, expressamente, que iria votar a favor, sem qualquer hesitação, esperando que os colegas também o fizessem. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Carlos Nunes que, após cumprimentar o Sr. Presidente e os restantes elementos da MAR, a Sr.ª Bastonária e respetiva Direção, o Sr.

Presidente do Conselho Jurisdicional e respetivos elementos, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e respetivos elementos e todos os colegas participantes na Assembleia, afirmou que o orçamento para 2021 *“não só é mais que adequado, justo e prudente, e reflete o trabalho que a nossa Bastonária tem vindo a realizar, o qual manifesto a minha completa satisfação e agrado”* e, nesse sentido, aguardava aprovação unânime. Acrescentou ainda que, pretendia salientar o disposto no Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, o qual faz menção à necessidade da prestação de contas e da regularidade técnica na execução da contabilidade, devendo esta ser assegurada por um contabilista público, questionando se esse profissional não seria o contabilista certificado, pois, pese embora o Estado tenha reconhecido a figura do contabilista público, até ao momento, tal não é elencado nas competências e funções do Contabilista Certificado, nem mencionado no Plano de Atividades e Orçamento para 2021. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante José Raimundo, este iniciou a sua intervenção cumprimentando o Sr. Presidente e, na sua pessoa, todos os membros da MAR, a Sr.ª Bastonária e, na sua pessoa, todos os elementos do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional e todos os elementos que o compõem, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e todos os elementos que o compõem e todos os colegas. O Sr. Representante reconheceu o esforço realizado pela Ordem em prol da classe, expressando a sua aprovação quanto ao orçamento, fazendo também menção à portaria 276/20, que veio alargar o justo impedimento às obrigações de pagamento, embora apenas relativamente à matéria fiscal, esperando-se que a seu tempo tal matéria seja alargada à Segurança Social. Transmitiu o seu aplauso à criação de um gabinete de crise e considerou a formação como o mecanismo essencial de resposta à avalanche de legislação que é publicada diariamente. Congratulou-se com a abertura da representação em Portalegre e destacou o 25.º aniversário da instituição que, no seu entender, deveria contar com todos os que desempenharam funções nos conselhos diretivos até 2018, realçando a distinção com que, nessa cerimónia, a colega Filomena Moreira brindou o colega Armando Pereira Marques, figura extremamente importante da Ordem. -----

Dada a palavra à Sr.ª Representante Lucília Marques que, após cumprimentar o Sr. Presidente da MAR, a MAR, a Sr.ª Bastonária e Conselho Diretivo e todos os colegas, expressou os parabéns a toda a equipa pela elaboração do orçamento e do plano de atividades numa época de pandemia. De seguida, realçou algumas das ações previstas, nomeadamente, na consultoria técnica, consultoria jurídica, na academia e no reforço

internacional. Felicitou toda a equipa que no fim de semana ajudou os contabilistas a pedir os apoios para os seus clientes e considerou, nesse sentido, muito importante a criação de um gabinete de crise e o aumentar da capacidade de resposta da consultoria técnica. Apreciou, igualmente, a garantia de apoio atempado, quer da consultoria jurídica, na defesa judicial dos interesses dos contabilistas, quer da mediação de conflitos. No que diz respeito à academia, exteriorizou que, no seu entender, a ação da Ordem teria de ser reforçada junto das universidades e dos politécnicos, porque uma boa formação base garante contabilistas certificados competentes, sendo igualmente importante o reforço internacional, nomeadamente, nos PALOP, junto da OCAM de Moçambique e da UCALP. Terminou apelando ao apoio e voto a favor do orçamento e do plano de atividades. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Daniel Lopes, o mesmo cumprimentou todos os colegas na pessoa do Sr. Presidente da MAR e passando diretamente ao plano de atividades e orçamento, considerou o Orçamento prudente e realista e o plano de atividades ambicioso, frisando que pretendia focar especialmente dois aspetos: os colégios da especialidade e a implementação da certificação de qualidade. Relativamente aos colégios da especialidade, tal nomeação fomenta o estudo, a elaboração de trabalhos técnicos e atividades técnico-científicas, promovendo a interação com as empresas e a academia, pelo que é uma grande mais-valia para a Ordem e para a profissão. Já no que diz respeito à certificação da qualidade, a mesma é imprescindível, afirmou o colega, e dá o seu aval ao modelo de certificação de qualidade perspectivado porque confia na capacidade da Direção da OCC de desenhar um sistema que garanta o interesse público da profissão, nomeadamente, ao nível da concorrência leal entre colegas e ao nível dos honorários. Para finalizar, o colega agradeceu à Sr.ª Bastonária pelo facto de ter ajudado a denunciar as pressões sofridas por colegas por parte da banca, no sentido de prestarem falsas declarações para as empresas aderirem às linhas de crédito com avais do Estado, daí a importância de uma Ordem com uma liderança forte e que dá voz àqueles que, de outra forma, não a teriam e deixou ainda uma palavra de otimismo e alegria, por ter sido eleito na semana anterior um novo Bastonário da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, uma profissão com o objetivos comuns com a dos Contabilistas Certificados, informando que se envolveu nesse projeto, pessoalmente, e mostrando-se à disposição da Sr.ª Bastonária e do restante Conselho Diretivo naquilo que for possível para contribuir para uma sã convivência entre estas duas Ordens, que têm em comum zelar pela transparência e pelas boas contas em Portugal. -----

Dada a palavra ao Sr. Representante Gilberto Moniz o qual, após cumprimentar todos os elementos dos vários órgãos que compõem a Ordem, enalteceu, na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Bastonária, o trabalho desenvolvido pela Ordem neste tempo pandémico. Agradeceu ao colega António Nabo o alerta para a necessidade de uma representação em Angra do Heroísmo e afirmou que o Plano de Atividades e Orçamento traduz um grande sentido de responsabilidade por parte de quem dirige a Ordem e, assim sendo, disse acreditar que o mesmo seria aprovado por unanimidade. -----

Dada a palavra ao Sr. Presidente do Conselho Jurisdicional, que retomou a sua intervenção, desta feita a ser ouvido em boas condições, o mesmo cumprimentou o Sr. Presidente e os restantes elementos da MAR, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária e os restantes elementos do Conselho Diretivo, o Sr. Presidente do Conselho Fiscal e restantes elementos do Conselho Fiscal, os colegas do Conselho Jurisdicional e as senhoras e senhores membros da AR, e mencionou que o artigo 56.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados estipula que o Conselho Jurisdicional vela pela legalidade da atividade exercida pelos órgãos da Ordem e exerce os poderes disciplinares nos termos da lei e do estatuto. Nesses termos, a única observação que o Conselho Jurisdicional entendeu transmitir é de que, quer naquilo que lhe esteve subjacente, quer na forma como está a decorrer, tudo está conforme com a lei e os estatutos. -----

Não existindo mais nenhum pedido de intervenção registado, o Sr. Presidente da MAR passou a palavra à Sr.<sup>a</sup> Bastonária, a fim de se pronunciar sobre as várias questões colocadas, apelando ao poder de síntese. -----

No uso da palavra, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária começou por agradecer ao Sr. Representante António Caseiro as menções que fez ao bom orçamento apresentado. Quanto ao fundo de pensões e ao fundo de solidariedade, questionado pelo Sr. Representante Domingos Queirós Martins, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária referiu que as verbas atribuídas, concretamente a cada um dos fundos, estavam espelhadas nas páginas 72 e 73 do Plano de Atividades e Orçamento, cuja leitura recomendou, e ainda a página 63 onde estava referido o aproveitamento do valor da renda do edifício da Avenida 24 de julho para o fundo de pensões, sendo uma matéria que nunca deixará de ser acolhida. É certo que existe trabalho a fazer nesta matéria, referindo a necessidade de um levantamento exaustivo, não sendo esta uma tarefa fácil, reconhecendo que aquilo que está vertido e existe no fundo de pensões não é útil, e que se trata de um fundo do qual resultam dificuldades em procedimentos de alteração, ainda que tenha sido assunto discutido dentro a instituição e, entretanto, até devido a isso



mesmo, os referidos 250.000,00€ continuam numa conta, aguardando a tomada de decisões que possam ser mais úteis para os contabilistas. -----

Em relação aos pontos focados pela Sr.<sup>a</sup> Representante Teresa Eva, os mesmos são fundamentais para o futuro da profissão, concordou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, nomeadamente, o guia de procedimentos e a certificação de qualidade. No que respeita à certificação de qualidade, a respetiva execução não está completa devido ao SAFT da contabilidade. Esta certificação será voluntária, para quem pretenda uma certificação, mas igualmente será uma verificação de qualidade para outras situações, designadamente, quer denúncias e situações graves que sejam identificadas, quer também aleatoriamente. Já quanto ao guia de procedimentos, está a ser trabalhado. Porém, dado que tem havido uma situação pouco estável ao nível legislativo, ainda não foi possível arranjar uma base sustentável, independentemente destes documentos não serem estáticos, nem o pretenderam ser, para que esse documento fosse finalizado. -----

De seguida a Sr.<sup>a</sup> Bastonária agradeceu ao Sr. Representante Vítor Martins, por partilhar a ideia de que o orçamento apresentado tem carácter conservador e rigoroso. A certificação está quase pronta, a qualificação do contabilista certificado no âmbito da assinatura digital nos documentos está também a ser concluída, mas é um processo lento, dependente da Agência para a Modernização Administrativa, que valida a interligação entre plataformas. No que toca à matéria das quotas e da alegada injustiça, não será tratada até ao fim deste mandato, informou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, no entanto, será uma possibilidade impor às sociedades de contabilidade o pagamento de quotas, por forma a diminuir um pouco essa injustiça. -----

Agradecendo a intervenção do colega António Nabo, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária declarou “*dinamismo não nos falta!*”, mencionando que as delegações e as ações constantes no plano de atividades serão concretizadas, expressando que, no seu entender, as análises devem ser sempre positivas e que se pretende, também, reforçar a comunicação, com os ciclos de conferência, com a academia, com as relações internacionais, acrescentando ainda que, o facto de existir distanciamento físico, isso não diminuiu a atividade da Ordem com as suas congéneres, tanto assim que a UCALP trouxe um dinamismo muito grande a todos os PALOP. A par disso, a Ordem manteve as suas relações com o IFAC, realizando conferências, reuniões à distância, trocando experiências, com a EFA, com o CILEA e com a FMC. -----

A Sr.<sup>a</sup> Bastonária agradecendo, igualmente, as palavras do Sr. Representante São Bento Rodrigues, afirmou que a Ordem realizou um esforço enorme no acompanhamento aos

contabilistas, uma vez que o Governo tem implementado muitos apoios, mas, de facto, na maior parte de difícil concretização, especialmente no que respeita ao agilizar das candidaturas e na submissão dos apoios, não existindo capacidade por parte dos serviços do Estado para uma resposta cabal. Não estavam preparados para o efeito, como sucedeu, por exemplo, com o Balcão 2020. O Estado tinha que ter capacidade, mas não teve e os Contabilistas Certificados conseguiram submeter os pedidos, ajudando os empresários que, sozinhos, não teriam aptidão para o fazer. Neste âmbito, continuou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, a Ordem fez um esforço enorme para minimizar o impacto de toda esta exigência junto dos contabilistas certificados. Tudo o que foi possível antecipar, imaginar e explicar, foi feito, precisamente para diminuir o impacto da pressão que sabemos que recai sobre todos os contabilistas. Tanto assim que, muitas vezes, antes de ser publicada a legislação, a Ordem, recorrendo aos seus colaboradores que *“têm sido espetaculares a trabalhar à noite, fins de semana, sem descanso”*, já está a desenvolver ferramentas com o intuito de evitar um trabalho extra para os contabilistas certificados. Toda esta situação tem que ser analisada de uma forma positiva, mencionou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, que apesar de não ter praticamente dormido algumas noites, acredita que, se não fosse a capacidade de resiliência que os Contabilistas Certificados tiveram para resolver isto, muitos dos apoios não tinham sido possíveis de submeter e muitas mais empresas já estariam encerradas, com o inevitável reflexo tanto na economia, como no trabalho dos contabilistas, que desta forma estão a conseguir, na sua maioria, continuar a faturar e receber as suas avenças e, nalguns casos, cobrar por alguns serviços extra. Exemplo disso foi o número de queixas apresentadas na OCC, em relação ao facto de os contabilistas estarem a cobrar pelo serviço prestado no âmbito do APOIAR. *“Isto é reflexo que os contabilistas tiveram a coragem de o fazer e muito bem!”*, sublinhou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. De seguida, questionou *“Existem situações de avenças não pagas? Existem!”*, todavia, a grande maioria dos contabilistas não está a lidar com este problema. *“Isto foi o maior reconhecimento que tivemos enquanto profissionais, maior que o reconhecimento da sociedade, maior que o reconhecimento do Governo, maior do que a confiança que o Governo nos deu ao nos imputar toda a responsabilidade neste processo e garantir que é o contabilista que o faz, que foi o reconhecimento dos nossos clientes perante todo o trabalho que fazemos e o maior reconhecimento é o cumprimento daquilo que são as suas obrigações para connosco, é o pagamento das avenças e respeitarem o nosso trabalho extra”*, frisou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, acrescentando que isto é um ponto de partida importantíssimo para a valorização do contabilista, visando melhores honorários e melhor vida profissional.

Acrescentou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária que estava muito orgulhosa pelo trabalho dos contabilistas e que *“o esforço que a Ordem fez vai continuar a fazer e acredito que os contabilistas o vão continuar a fazer, e que hoje os contabilistas são contabilistas completamente diferentes. São contabilistas mais firmes, são contabilistas que têm a noção das suas competências e das suas capacidades, como não tinham muitas vezes no passado. E isto ficará para o futuro da profissão e para aquilo que vamos ser, e que somos já, e que ainda vamos ser mais para o futuro”*. No que diz respeito ao TOConline, é e será sempre, uma ferramenta que já faz parte da vida dos contabilistas, com rendimentos e custos do ponto de vista orçamental, mas que constitui, na verdade, uma boa fonte de rendimentos para a Ordem, gera rendimento embora com muitos custos associados como é normal num investimento desta dimensão. Relativamente à formação em contexto de trabalho dependente, é difícil mudar mentalidades e empresários mesquinhos, o certo é que o Código do Trabalho exige, obriga, à formação. Por isso, antes de demais, caberá à ACT, como entidade fiscalizadora, verificar de forma mais eficaz, o cumprimento da obrigatoriedade de formação. Assim, anunciou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, *“se uma empresa de contabilidade não permite aos seus trabalhadores, para desempenhar as suas funções, que tenham formação, essa empresa, de facto, não merece ser uma empresa de contabilidade”*. Se o contabilista verificar este tipo de perfil num empresário, tem a possibilidade de mudar de empresa de contabilidade. A Ordem quer valorizar os profissionais, dando-lhes competências para que possam ter a capacidade de mudar. Em relação às dívidas dos membros relativas a quotas e às imparidades, efetivamente há um aumento das dívidas, admitiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, sendo as imparidades explicadas na página 68. O aumento das dívidas das quotas relaciona-se com a pandemia, o que é natural, correspondendo a 13%, percentagem verificada no ano de 2020, o que se traduz também na prudência do orçamento e a não intenção da Ordem, por razões humanas, atendendo ao período em que se vive, em acionar os meios coercivos e rígidos, de cobrança desses montantes. -----

Quanto ao edifício e hipotética venda do edifício da Gago Coutinho em resultado do Referendo e ao facto de tal não se encontrar refletido no orçamento do próximo ano, a razão de ser é simples, esclareceu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, *“nós não sabemos se vamos vender no próximo ano”*, pois têm de ser analisadas todas as opções e é ano de eleições. Confessou que não considerava uma boa solução vender um imóvel num ano de eleições, contudo, surgindo uma boa proposta, admitiu que a mesma poderia ser considerada. No

Porto, em resultado do referendo, a Ordem vai avançar com a mudança atestou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. -----

No que toca à menção ao resumo dos diplomas, efetuada pelo Sr. Representante José Pereira, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária considerou-a uma ótima sugestão, pelo que transmitiu que a Ordem iria pugnar nesse sentido. O novo sítio e a nova App são o grande gasto para o ano de 2021, que já está adjudicado, começará a ser desenvolvido ainda em 2020 e ascenderá a cerca de 258.000,00€, conforme se verifica na página 69, informou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, referindo ainda que será uma ferramenta importantíssima para os colegas. -----

Já o Sr. Representante Carlos Nunes, focou um ponto essencial, o contabilista público. O projeto SNC-AP menciona essa figura, no entanto, a mesma ainda não foi concretizada, mas está encaminhado para ser resolvido. De qualquer forma, prosseguiu a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, só poderá ser um Contabilista Certificado, de acordo com o Estatuto da OCC, pois, a contabilidade pública e a privada são atribuições exclusivas do Contabilista Certificado. A Comissão de Normalização Contabilística aprovou o contrário do que foi proposto pela Ordem na defesa dos Contabilistas Certificados, isto é, o contabilista público ser o Contabilista Certificado. Com a intervenção do Sr. Representante Daniel Lopes e da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aguarda-se que se chegue a bom porto, mantendo-se a posição, reiterou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, de que somente os Contabilistas Certificados é que podem ser responsáveis pelas contas públicas. -----

Em relação ao justo impedimento, trazido à colação pelo Sr. Representante José Raimundo, era um mecanismo simples. No entanto, a AT criou dificuldades, tanto assim que a portaria foi alterada e passou a prever não só a falta de submissão da declaração fiscal, mas também o pagamento resultante do incumprimento dessas obrigações declarativas. O despacho do Sr. Secretário de Estado sobre as regularizações do IVA, previstas no artigo 78.º e seguintes, para permitir que o contabilista certificado o faça, ainda em 2020 e mantendo os 10.000,00€ por pedido, foi também hoje publicado, anunciou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária. Quanto ao gabinete de crise, era algo essencial nesta altura, alegou. Se há locais, como Portalegre, onde já se atua nesse sentido, em Lisboa e Porto não é fácil. O que se pretende é que esteja alguém preparado para intervir no imediato, pois quando um colega é internado, de um dia para o outro, não há ninguém que dê seguimento ao trabalho. O justo impedimento resolve algumas das situações, mas não todas. Uma das primeiras funções do Gabinete de Crise vai ser, efetivamente, essa. ----- Seguidamente a Sr.<sup>a</sup> Bastonária agradeceu à Sr.<sup>a</sup> Representante Lucília Marques, por reconhecer o esforço da Ordem, que é um esforço de todos e frisou que as ações de



formação, a consultoria e o reforço das relações internacionais, a título de exemplo, a UCALP, já com grande relevância junto do IFAC, serão sempre, para a Ordem, dos focos mais importantes. Em relação ao apoio jurídico aos contabilistas em matéria tributária, é uma grande aposta da Ordem, era lamentável a Ordem afirmar que não poderia ajudar, concordou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, porém, atualmente, a Ordem acompanha os contabilistas, como sucedeu com a entrega da declaração Modelo 22, tendo, nesse caso, já o Sr. Secretário de Estado admitido o lapso ao não facultar os 120 dias, aguardando-se a publicação do despacho para anular as correspondentes coimas. O Conselho Diretivo é caracterizado pelo rigor e pela competência e, por isso, quando assim é, somos ouvidos, respondendo com tecnicidade, com rigor e de acordo com aquilo que está estipulado na lei, e assim tem acontecido também aos Contabilistas Certificados, fazendo com que sejam respeitados hoje, pela sociedade, de forma muito diferente. A Sr.<sup>a</sup> Bastonária ainda mencionou, quer que, de facto, a relação com a academia tinha de ser reforçada, quer que a própria academia tinha, no entanto, que se adaptar rapidamente às mudanças profissionais e não o conseguia fazer, nomeadamente a nível de estruturas de cursos, dando como exemplo a boa adaptação ao ensino à distância durante o ano de 2020 que foi um ano de tecnologias, mas, ao mesmo tempo, a dificuldade encontrada nas cadeiras curriculares relacionadas com a parte profissional. Terminou este assunto, sublinhando que (citamos): *“é preciso ir trabalhando e esforçando-nos para que isto aconteça, porque é necessário que aconteça.”* -----

No que diz respeito ao plano de atividades, e como aventou o Sr. Representante Daniel Lopes, é ambicioso. Já quanto ao Colégio de Especialidade, a cerimónia estava prevista para abril/maio, mas dada a pandemia e como se pretendia que fosse um evento físico, o mesmo foi cancelado. Outra matéria que preocupa o Conselho Diretivo, reforçou a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, é a certificação de qualidade e, nesse sentido, o desejo é de iniciar um processo para que a lealdade e os honorários sejam distinguidos. Aproveitou, igualmente, para parabenizar o colega Daniel Lopes pela vitória do Dr. Virgílio Macedo, assim como Mário Guimarães e Paulo Anjos, que foi mandatário do candidato a Bastonário da OROC, entre outros colegas, e referir que esperava que, a partir de agora, a relação entre a Ordem dos Contabilistas Certificados e a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas fosse diferente, com maior proximidade, dado que têm atividades que trabalham em conjunto, porque, segundo a Sr.<sup>a</sup> Bastonária, a Ordem dos Revisores nunca apoiou a Ordem dos Contabilistas Certificados, mas era importante reforçar a ligação entre as instituições. ---

Respondendo ao Sr. Representante Gilberto Moniz, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária confirmou que, no Plano de Atividades e Orçamento, estava prevista a delegação em Angra do Heroísmo, esperando ser possível concretizar no próximo ano. -----

Concluindo a sua intervenção, a Sr.<sup>a</sup> Bastonária desejou um feliz Natal a todos, reafirmando que a Ordem e os contabilistas têm de estar de coração cheio por todo o trabalho desenvolvido em prol da sociedade. -----

De imediato, e tendo em consideração que ninguém mais manifestou a sua intenção de intervir, o Sr. Presidente da MAR informou que se iria proceder às votações, solicitando aos colegas que estavam a participar telematicamente para, nesse momento, acederem ao email que tinham recebido e votarem, quer a aprovação da ata de 19 de junho de 2020, quer o Plano de Atividades e Orçamento e informou, também, que iria, igualmente e de imediato, decorrer a votação em sala. Ainda assim, lembrou para o facto de poderem contactar o número de telefone 912 454 212, caso existisse alguma dificuldade na votação. Dirigindo-se à Assembleia, o Sr. Presidente da MAR informou que tinham estado presentes onze Representantes, mas que um deles, por motivos imperiosos, se tinha ausentado, pelo que, de momento, eram dez os Srs. Representantes presentes fisicamente. Posto isto, o Sr. Presidente da MAR, colocou à votação o ponto dois da ordem do dia, ***aprovação da ata da reunião de 19 de junho de 2020*** e o ponto três a ***apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021***, tendo sido verificados alguns constrangimentos na votação telemática, mas que ficaram rapidamente solucionados. --- Assim, terminada a votação, o Sr. Presidente comunicou os resultados da contagem dos votos, a saber: -----

Relativamente ao **ponto dois** da ordem do dia, ***aprovação da ata da reunião de 19 de junho de 2020***, foi aprovado por maioria de votos, com a seguinte votação: -----

**Votos contra: 1 (um);** Presenciais: 1 (um); à distância: 0 (zero). -----

**Abstenções: 4 (quatro);** Presenciais: 0 (zero); à distância: 4 (quatro). -----

**Votos a favor: 71 (setenta e um);** Presenciais: 10 (dez); à distância: 61 (sessenta e um).

**Total de votos: 76 (setenta e seis).** -----

O voto do Sr. Representante Gilberto Jorge de Ávila Moniz, CC 39010, que participou telematicamente, foi comunicado verbalmente, por dificuldades de utilização dos meios eletrónicos. -----

Relativamente ao **ponto três** da ordem do dia, ***apreciação e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021***, foi aprovado por maioria de votos, com a seguinte votação: -----

**Votos contra: 0 (zero).** -----

**Abstenções: 11 (onze); Presenciais: 3 (três); à distância: 8 (oito).** -----

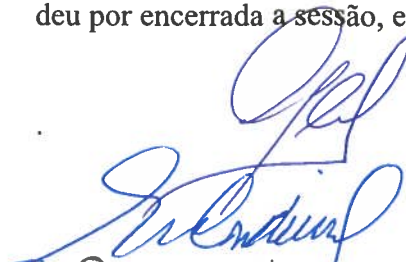
**Votos a favor: 66 (sessenta e seis); Presenciais: 8 (oito); À distância (58).** -----

**Total de votos: 77 (setenta e sete).** -----

Sr. Presidente da MAR esclareceu que, a diferença de um voto entre os dois pontos da ordem do dia, respeitava ao voto da Sr.<sup>a</sup> Representante Maria Teresa Eva das Neves (CC 19591), que foi desconsiderado relativamente à votação da ata da AR de 19 de junho, tal como foi decidido no início da Assembleia. -----

Posteriormente, o Sr. Presidente da MAR deu a palavra à Secretária da MAR Raquel Mota Pinto para proceder à leitura da **minuta da ata**, a qual, após ocorrer a respetiva votação, **foi aprovada por unanimidade** dos presentes. -----

O Sr. Presidente da MAR, dando por terminada a Ordem de Trabalhos, agradeceu a todos os colegas presentes e, desejando um Santo e Feliz Natal e um Ano Novo com felicidade, deu por encerrada a sessão, eram dezanove horas e quarenta e cinco minutos. -----

  
Raquel Vanda de Horta  
